

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUAJATUBA

LEI Nº 55, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1990.

(Proibe o tabagismo em locais que especifica e dá outras providências) (de autoria do Vereador AURELIANO GONÇALVES PEREIRA)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, NOS TERMOS DO ARTIGO 33, PARÁGRAO 30, DA LEI ORGÂNICA MU-NICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

- Artigo 1º É proibido fumar em estabelecimentos públicos do Município de Caraguatatuba, onde houver a permanência e trânsito de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais:
 - I interior dos edifícios públicos, como Prefeitura, Câmara Municipal, Centro Cultural, escolas municipais, Cozinha Piloto, auditórios e salas de conferências, bibliotecas e salas de exposição de qualquer natureza.
- Artigo 2º Incluem-se na proibição do artigo anterior, os locais por natureza vulneráveis
 a incêndios, especialmente os depósitos
 de explosivos e inflamáveis, postos distribuidores de combustíveis, garagens e
 depósitos de material de fácil combustão.
- Artigo 3º É obrigatória a fixação de cartazes e avisos desta proibição, em todos os locais abrangidos pela mesma, com medidas mínimas de 30x20cm, com os seguintes dizeres:





CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

- I para os locais abrangidos pelo artigo 1º desta Lei "É PROIBIDO FUMAR. QUEM NÃO FUMA TEM O DIREITO DE RESPIRAR AR PURO. LEI MUNICIPAL nº 55 /90, de 03 / 12 /1990."
- II nos locais abrangidos pelo artigo 2º desta Lei "É PROIBIDO FUMAR MATERIAL INFLAMÁVEL" LEI MUNICIPAL nº 55/90, de 03/12/1990".
- Artigo 4º Os infratores da presente Lei ficam sujeitos ao pagamento de multa que for fixada pelo Poder Executivo, que a regulamentará dentro de 90 dias da sua publicação.
- Artigo 5º Os chefes de repartições e departamentos são responsáveis pela fiel observância desta Lei, cabendo aos mesmos aplicar penalidades aos seus subordinados, além da multa prevista no artigo anterior.
- Parágrafo Único Para os efeitos desta Lei, consideram-se infratores, os fumantes e os responsáveis pelos estabelecimentos nela abrangidos, nos limites da responsabilidade que lhe é atribuida.
- Artigo 6º As autoridades sanitárias municipais, a quem couber a fiscalização desta Lei, compete a autuação e a consequente gradação da pena, observadas as peculiaridades de cada caso.





CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidencia. 03 de dezembro de 1990.

DR. DÚLIO PEIXOTO Presidente

Registrado e Pullicado

Em OA / 12 QO

LUCS

MARIA LUCIA RID IRO SILVA